

ECOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ABORDAGEM ANALÍTICA E GENÉRICA SISTEMATIZADA DA TEORIA REALISTA E LIBERAL

Nicandro Oquete Indi

Estudante de Pós-Graduação em Território Ambiente e Sociedade pela Ucsal. Especialista em direitos humanos internacionais. Graduado em humanidades e graduando em Relações Internacionais.

<http://lattes.cnpq.br/6059587256233072>

<https://orcid.org/0009-0002-1433-4717>

E-mail: nicandroindi107@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1-07>

RESUMO: O presente trabalho tem com problema de qual é a visão realista e liberal das relações internacionais concernente a questão do meio ambiente? A obra feita em formato de artigo científico tem por objetivo diferenciar as visões realista e liberal das relações internacionais no campo ecológico, partindo da ideia de meio ambiente. Nele decorre método qualitativo através da revisão bibliográfica e explicativo. Durante a explanação, vem correndo discussões concernente ao comportamento de Estados e movimentos sociais de forma sistematizada e genérica. Nisso, entender prisma de duas teorias tradicionais de relações internacionais em que o realismo enxerga o meio ambiente com lente economicista e liberalismo cunhado por movimentos sociais pautam pela preservação do meio ambiente. Destaque-se a relevância dos conceitos discutidos proactivamente para encadernar o pensamento crítico e marxista sobre questão ambiental.

PALAVRAS-CHAVES: Ecologia. Realismo e Liberalismo. Relações Internacionais.

ECOLOGY AND INTERNATIONAL RELATIONS: A SYSTEMATIZED ANALYTICAL AND GENERIC AP. ROACH OF REALISTIC AND LIBERAL THEORY

ABSTRACT: The present work has the problem of what is the realistic and liberal vision of international relations regarding the issue of the environment? The work, made in the format of a scientific article, aims to differentiate the realistic and liberal views of international relations in the ecological field, starting from the idea of the environment. It uses a qualitative method through bibliographical and explanatory review. During the explanation, discussions are taking place regarding the behavior of States and social movements in a systematic and generic way. In this, understanding the prism of two traditional theories of international relations in which realism sees the environment through an economic lens and liberalism coined by social movements is guided by the preservation of the environment. The relevance of the concepts discussed proactively to encompass critical and Marxist thinking on environmental issues is highlighted.

KEYWORDS: Ecology. Realism and Liberalism. International Relations.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem com problema de qual é a visão realista e liberal das relações internacionais concernente a questão do meio ambiente? E para responder a seguinte pergunta, foi eleito objetivo de diferenciar as visões realista e liberal das relações internacionais no campo ecológico. O estudo da ecologia nas Relações Internacionais ganha mais ênfase nos dois últimos séculos devido a globalização e mudanças climas em diferentes polos do mundo. Também a sua repercussão neste teto internacional acendeu com as revoluções industriais que colocaram o mundo na procura de melhores matérias-primas e avanços tecnológicos que acaba colocando os estados em confronto. Uns se pautam pela economização do ambiente e enquanto os outros o preservam e consolidam.

As questões ecológicas são atualmente interessantes não só pelos Estados, porém as organizações não governamentais que primam pelo belo trato de ambiente estão reverberando sobre tal. E hoje em dia, a maioria das discussões internacionais desaboçam-se nos assuntos ligados as mudanças climáticas, visto que o comportamento dos estados não está permitindo a vivencia do planeta. Vários riscos estão sendo colocados pela humanidade devido ambição dos estados. Portanto, é importante estender na mesa internacional as discussões levadas ao cabo a preservação do ambiente. O trabalho contempla a metodologia da revisão bibliográfica sistematiza, embasado nos livros, artigos e jornais que reverberam sobre o assunto, uma breve comparação entre as teorias em estudo, combinado com a teoria critica marxista no âmbito ambiental, fazendo um olhar nos acordos internacionais. Partindo assim da visão explicativa de cada teoria em relação aos problemas colocados pelo meio ambiente.

Para concretizar o objetivo preconizado, abordagens são agrupadas de seguinte maneira: Primeiro, noção conceitual de estudos ecológicos ou do meio ambiente; na segunda parte discute-se a ecologia e relações internacionais; uma visão diferencial entre realista e liberal da ecologia no campo das relações internacionais; critica marxista no campo ecológico; comparação entre realismo e liberalismo ao meio ambiente na esfera de relações internacionais; os períodos históricos da questão ambiental e os acordos internacionais.

ESTUDOS ECOLÓGICOS

Para desenvolver uma abordagem consistente sobre o tema demarcado, vale ressaltar definição e importância da ecologia, visto que faz parte de um campo de interação entre os humanos e a natureza. Com base nisso, pode dizer que a ecologia determina as condições classificativas de diferentes seres que existem na natureza e o meio ambiente.

Portanto, aqui vem a definição da ecologia e a sua etimologia e o seu surgimento dos estudos com Cassini (2005), diz que:

A palavra ecologia foi empregada pela primeira vez pelo biólogo alemão E. Haeckel em 1866 em sua obra *Generelle Morphologie der Organismen*. Ecologia vem de duas palavras gregas: Oikós que quer dizer casa, e logos que significa estudo. Ecologia significa, literalmente a Ciência do Habitat. É a ciência que estuda as condições de existência dos seres vivos e as interações, de qualquer natureza, existentes entre esses seres vivos e seu meio (Cassini, 2005, p. 02).

É com intenção dessa definição, que inicia o pensamento científico sobre a ecologia, com intuito de possibilitar a interação de todos seres vivos de qualquer natureza.

A natureza é imensa de maneira que necessita de muita proteção e cuidado, tanto os animais, plantas e florestas que de certa maneira nos associam para vivermos na tranquilidade, por isso Haeckel (1860) vai dizer que a ecologia surgiu como uma ideia pitoresca para “economizar a natureza”, falando dessa economia da natureza não consiste no comportamento semelhantes aos dos estados, que se interessa em economizar para fluir no poder econômico, porém refere os cuidados, condições de manter com dignidade as relações de seres vivos de qualquer natureza. Sobre isso autor fala assim:

Ecologia é a ciência referente à “economia da natureza, ou seja, a investigação das relações totais dos animais tanto com seu ambiente orgânico quanto com seu ambiente inorgânico; incluindo acima de tudo, suas relações amigáveis e não amigáveis com aqueles animais e plantas com os quais vêm direta ou indiretamente a entrar em contato. Numa palavra, Ecologia é o estudo de todas as inter-relações complexas denominadas por Darwin como as condições da luta pela existência” (Haeckel, 1860, p. 237).

Este estudo da ecologia renasce em nós a condição de amizade para com todo meio ambiente, mapear um comportamento sustentável, isto é, ecopolítica. Resulta-se que a “ecologia política é o estudo da relação harmônica ou desarmônica entre os grupos

sociais e o ecossistema em que estão inseridos”, Milani (2008, p. 04 *apud* Martinez, 2007).

Por consequente a ecologia aqui nos demonstra como os recursos naturais acabam tornam difícil encontrar, isto é, a causalidade. Por isso que “abordagem da ecologia aplicada relaciona crescimento populacional com deterioração ou escassez de recursos a nível mundial, Begossi (1993, p. 17, *apud* Malthus, 1798).

A ecologia é a “ciência que estuda a relação triangular entre indivíduos de uma espécie, a atividade organizada desta espécie e o meio ambiente, que é, ao mesmo tempo, condição e produto da atividade, portanto condição de vida daquela espécie” (Lipietz, 2002, p. 16). Nisso, ele aponta que a ecologia é o estudo da relação da humanidade com o meio ambiente, isto é, da maneira como se transformam mutuamente e de como o meio ambiente permite que a humanidade viva.

A ecologia política é instigada pelos grupos sociais, a tendência de estudo não é no sentido de criar um campo de estudo, porém, é entender a tentativa de politizar a nossa leitura de relações entre a natureza e a sociedade. Entretanto, a ecologia social estende sua determinação que os problemas ecológicos originam de problemas sociais, conflitos tais como: econômica, étnicos, cultural e de gênero Sousa (2019, *apud* Bookchin, 2007).

Para Dulley (2004) citando a constituição federal brasileiro, ambiente entende-se o “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”, e por meio ambiente a “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe.

Quando Haesbeart (2021, p. 28) parafraseou Gudynas sobre conceito de neoextrativismo progresso. Portanto, significa domínio sobre interesse capitalista de Estado sobre territórios, uma exploração sem levar em conta prejuízo ambiental. Este tipo de comportamento de interesse capitalista levado ao cabo pelos Estados, cujos governantes antissocialistas criam conflitos sociais e resta degradação de clima. No entanto “um novo tipo no qual o Estado desempenha um papel mais ativo na captação do excedente e na redistribuição, garantindo desse modo certo nível de legitimidade social, ainda que com os mesmos impactos sociais e ambientais negativos”.

ECOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A ecologia nas relações internacionais traz à tona os estudos e os comportamentos dos Estados e indivíduos no que se refere as florestas e meio ambiente em que vivemos. Os estados são em grandes partes compostos pela área terrestre e aquática e aérea, o que quer dizer que, a natureza que nos rodeia precisa de um comportamento adequado para manter-se viva e nós mesmos também.

Por isso que, nesta ampla e analítica temática, aborda duas visões diferentes, um olhar realista da ecologia e outra visão liberal da ecologia. Apesar de assunto ser novo neste campo, todavia tem uma necessidade de trazer teorias clássicas para compará-las e velar pelos seus proselitismos ideológicos no que tange as questões ambientais.

Sendo estas, teorias de horizontes diferentes, ciosamente tem lentes distintas concernente a ecologia. Dado que o realismo na sua visão, vê as coisas como elas são, portanto pode-se concluir que, a questão ambiental vai ser mais economicista pelos estados. De modo que nesta teoria o estado é considerado como uma unidade hermética. E na visão liberal ou idealista, sempre enxerga as coisas como elas deveriam ser, faz concluir que, pauta-se pela preservação e familiarização com ambiente, pois se encontra não só estado, mas também organizações não governamentais, indivíduos e grupos de interesses. O realismo na ecologia vai sempre na alegoria do capitalismo, em que estado por sua vez, veja o ambiente como um patrimônio econômico, enquanto a visão liberal a vê como um patrimônio natural e que tem em si a vida de todos humanos e não humanos.

No período da guerra fria, os problemas ambientais começavam ganhar repercussão lenta e disputado pelo capitalismo e socialismo, e nos anos de 1960, Nações Unidas começou se preocupar com tais problemas e os colocavam na agenda. Logo depois da década de 1970 – 1980, os problemas chegaram à esfera regional e planetária. E partir daí, caiu nos estudos das relações internacionais. É bem percebido que os problemas que afetam a esfera regional ou mundial, já começa a preocupar-se as relações internacionais. Isto porque já toca as questões de fluxos internacionais em que os estados e as organizações e grupos de interesses levantam as vozes para soluções de problemas, Sant`Anna et al. (2016 apud Viola; Leis, 1990).

Os acontecimentos históricos transcendentem importam tanto as relações

internacionais. Então a partir de momento que estas duas áreas se interpelam, faz sentido trazer os acontecimentos que realçou impressão internacional. Os primeiros acontecimentos que chamou atenção da ecologia nas relações internacionais são revelados na obra da Moreira et al (2016):

Nos anos 1980, alguns eventos revelaram a inevitabilidade da ambientalização da agenda internacional, como, por exemplo, o vazamento nas instalações da empresa química norte-americana Union Carbide, em 1984, em Bhopal (Índia), que colocou em discussão a transferência das fases de produção industrial mais perigosas para países em desenvolvimento. Ou o acidente nuclear em Tchernóbil, que evidenciou a periculosidade da energia nuclear, o efeito regional de um acidente desse tipo (transfronteiriço) e revelou a debilidade real da URSS (Font e Rufí, 2006). A partir de então a questão ambiental passou a ser um tema de estudo das RI, (Moreira et al, 2017, p. 210).

Os acontecimentos prescritos neste trecho investem-se de fatores históricos que de certa maneira interessa o campo das relações internacionais. Como diz a Santos (2005) o nascimento nas relações internacionais foi provocado ou alias vem a partir das histórias dos acontecimentos que transcende as fronteiras entre os estados.

Laferriere e Stoett (1999) pensaram as principais abordagens ecológicas e os relacionam com as três teorias das relações internacionais. Tais abordagens vão possibilitando ressonar quais aspectos ecológicos elas se vinculam. Salientando os referidos problemas da degradação ambiental por meio da ontologia epistemológica.

Existem três escolas do pensamento ecológico alavancados pelos (Laferriere; Stoett, 1999):

A perspectiva utilitária é aquela ligada ao pensamento político liberal que vê a natureza como meros recursos naturais, em que seu valor só existe na medida em que há um uso para tal recurso. Essa corrente do ecologismo acredita que, ao dar um valor financeiro aos recursos e serviços ambientais, estes seriam racionalmente utilizados. A natureza é vista a partir de seu valor de uso, como capital, como recursos que devem ser administrados/geridos por meio da ciência e da tecnologia (Moreira et al, 2016, p. 211).

A escola utilitária espelha uma ontologia de análises dedicadas ao processo da gestão e criação de manutenção de regimes multilaterais (Stoitt et al, 1999). E em seguida lista-se a segunda escola relacionado ao realismo nas relações internacionais:

A corrente do ecologismo que se aproxima da teoria realista das RI é a chamada de ecologismo autoritário. Também denominada de Leviatãverde, tem influência do pensamento filosófico de Hobbes, cuja obra *O Leviatã* é considerada a defesa moderna da centralização do poder. Essa corrente está baseada na securitização da temática ambiental, em que as ameaças derivadas da degradação ambiental trariam a necessidade de uma autoridade governamental forte baseada nos estudos científicos para garantir a preservação ambiental (Sant`Anna, et al, 2016, p. 211)

Em jeito de oposição a Garret Hardin (1968), na sua concepção sobre a tragédia dos comuns, defende que a finalidade de medidas autoritárias é para frear a degradação do meio ambiente. E, por fim se encontra a corrente radical que pressupõe alguns horizontes teóricos e epistemológicos:

A última corrente seria a vertente radical do ecologismo, em que se inclui várias correntes, tais como o ecocentrismo (*deep ecology*), o ecoanarquismo, o ecossocialismo, o bioregionalismo, o ecofeminismo, entre outras. O que as unem é a preocupação em revelar os vários processos que levam à dominação e controle sociais e da natureza. Possuem influência do pensamento não ocidental (taoismo) e das teorias críticas ocidentais (marxismo, teoria crítica, pós-modernismo, feminismo) (Moreira et al, 2016, p. 212).

Esta última corrente ecológica do pensamento relacionado as teorias de relações internacional, radical, traz em si várias concepções de modo grosso para envolver as questões de dominação e controle social ao meio ambiente.

Para os autores como Laferiere e Stoitt (1999), os estudos sobre meio ambiente passaram enquadrar no campo das relações internacionais nos anos 1970, porém não descartaram a possibilidade de trazer as teorias tradicionais de relações internacionais para o estudo.

Lafarrière e Stoett (1999) fazem quanto ao pensamento ecológico e sua inserção no campo das relações internacionais, os autores mostram que desde a década de 1970 os temas ambientais passaram a ser analisados com as ferramentas existentes na época, isto é, as teorias tradicionais das RI, principalmente o neoliberalismo na sua vertente do institucionalismo neoliberal. A abordagem que mais se consolidou na análise das questões ambientais nas RI foi a dos regimes internacionais (Mello et al, 2016, p. 214).

Diz Barros-Platiau et al. (2004) que, para se compreender a crise ambiental é menos considerar a lente teórica, pelo qual entende as relações internacionais e por outro lado, os conflitos, arranjos institucionais e negociações que afloram da gestão coletiva da

crise ambiental. De forma geral, Moreira et al, (2016, p. 215, apud Barros-Platiau et al., 2004) entendem a “gestão coletiva da crise ambiental por meio das respostas institucionais dos atores internacionais, que são entendidas em razão das iniciativas multilaterais já estabelecidas ou em debate, e não em função das teorias de relações internacionais”.

Dado que a desordem ecológica e ao aumento exorbitante da interdependência dos diferentes modos de produção, a governabilidade dos graves problemas ambientais arrebatam do eixo interior do estado-nação, trazendo estes problemas para a comunidade internacional. Ainda bem que os problemas são apresentados no cenário nacional, porém as suas soluções são globais. Assim constitui uma necessidade dos problemas ecológicos para estudo das relações internacionais (Viola; Leis, 1990).

O palco internacional, isto é, os fóruns mundiais que preocupam com questão ambiental, acabam descobrindo que a questão ambiental está ligada a problemática do campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza, razão pela qual seu conhecimento demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura (UNESCO, 1986) citado por Leff (2000).

COMPARAÇÃO ENTRE REALISMO E LIBERALISMO AO MEIO AMBIENTE NA ESFERA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sendo duas teorias apresentadas no texto, aqui vem interesse de as comparar como forma de perceber quais atitudes e, em que condições se encontram os atores que permeiam pelo realismo e atores que identificam com o liberalismo.

Apesar que a questão ambiental ser um tema tão nobre nos estudos das relações internacionais, as teorias tradicionais o analisam sem grandes mudanças, visto que segundo Moreira et al. (2016) as teorias tradicionais das relações internacionais são de soluções de problemas, pois são positivistas. Realmente as teorias segundo Cox (1981) diz que as teorias reverberam por dois horizontes diferentes nomeadamente, por um lado de “soluções de problema” e por outro lado “aquisição de críticas”.

E, com base nessa indagação no que tange às teorias tradicionais de relações internacionais, pode-se notar o quanto o realismo e liberalismo enxergam a mudança climática como uma adaptação e expansão de abordagens existentes que levaram a crise ambiental provocadamente pela produção e hábitos de consumo da modernidade globalizado (Moreira et al, 2016).

Veja bem, a globalização tem abrindo as fronteiras e elegeu novo comportamento dos estados, onde há aqueles que se primam para proveitode meio ambiente para a sua determinação da política internacional e há aqueles que se associam e defendo a questão ambiental e a preservando para as futuras realidades e sobrevivência. Portanto, as terias tradicionais das relações internacionais têm ênfase neste campo de estudo ecológico, porque o estado continua sendo um ator hermético e unitária política internacional, isto é, captando pragmaticamente o que se encontra na agenda da política ambiental internacional (Ribeiro, 2005).

OS PERÍODOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AMBIENTAL E OS ACORDOS INTERNACIONAIS

Tem sido importante a questão da ecologia desde os anos 60, em que os cidadãos do mundo se agrupavam em dois vertentes nomeadamente: a preservacionista, que diz respeito aqueles que se preocupavam exclusivamente em preservar as espécies em perigo de extinto; e a conservacionista, que tange a conservação de habitat das espécies ameaçadas e reforçando a visão de proveito do ecossistema para população humana (Castella, 2012). Com base nisso, Brasil aprovou seu código da proteção florestal e conservação do habitat natural logo em 1965.

Por diante em 1980 foram instituídos vários acordos multilaterais para o meio ambiente, a saber (Castella, 2012).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) - 1982; O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - 1987 (praticando a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio - 1985); e A Convenção da Basileia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação (Convenção da Basileia) - 1989.

Também, é importante salientar ou nomear aqui as recém-conferências internacionais que internalizaram os conceitos ligados a sustentabilidade ambiental, Castella (2012): 1993: Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena; 1994: Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo; 1994: Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Bridgetown, Barbados; 1995: Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, Copenhague; 1995: Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing; 1996: Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul; 1996: Cúpula Mundial da Alimentação, Roma.

A luta pela sustentabilidade de meio ambiente torna-se maior preocupação de vários estados principalmente os mais fracos e prejudicados geograficamente. A preocupação com os problemas ecológicos, são situações que se colocam entre os estados verdes, ou alíás os países ecologicamente correto. Para qual se preocupam com emissão de gases. E por outro lado usam mecanismos saudáveis que não agridam o ar, são destacados quatro estados, a saber: Suíça, Letônia, Noruega e Luxemburgo.

Por outra aba antônima, aqui se nomeiam dez (10) países com pior desempenho ambiental no mundo. Segundo Barbosa (2016), estes estados evidenciam ranking no que diz respeito a insustentável relação entre a pobreza e degradação ambiental, um ciclo vicioso a ser rompido. Entre estes são nomeados os seguintes: Somália, Eritreia, Afeganistão, Chade, Mali, República Democrática de Congo, Madagascar, Níger, Bangladesh e Moçambique.

A industrialização é promissora e influenciadora de aquecimento global e as mudanças climáticas. Visto que, ela estabelece uma condição canônica que induzem os estados a maximizarem suas capacidades tecnológicas e ascensão econômica. Toda esta corrida, acaba colocando o planeta em esfacelamento e bem poluído. Sendo assim, (jornal NCULTURA, 2016) lista os seguintes nomes de países mais poluidores do mundo de acordo as posições crescentes: 1- China, 2- Estados Unidos da América, 3- Rússia, 4- Índia, 5- Japão, 6- Alemanha, 7- Canada, 8- Reino Unido, 9- Coreia de Sul, 10- Irão. Pode-se constatar que as grandes potências hegemônicas mundiais ocupam as três

primeiras posições, o que podemos concluir ou relevar fator bastante das suas ascensões na esfera mundial, construindo sempre desfalque do planeta por motivo da industrialização e emissões de gases de efeitos estufas, ameaçando cada vez mais o meio ambiente.

As consequências ou efeitos são negativamente impactantes em vários sectores da conduta biodiversa, isto é, impacto na saúde humana, impacto no ar, impacto na água, impacto na terra e impacto no ecossistema (Laernfeur, 2021). Por isso que a eferescência do planeta está muito gritante. Portanto, vai ser importante interpretar o quão tão relevante realçar os traços pelos quais, as teorias tradicionais das relações internacionais cunham sobretudo do comportamento dos estados às questões do meio ambiente.

UMA VISÃO DIFERENCIAL ENTRE REALISTA E LIBERAL DA ECOLOGIA NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Logo depois do capítulo que fala da inserção dos problemas ecológicos na arena internacional a partir dos anos 70, convém comentar com as teorias tradicionais do campo de relações internacionais, sobre quais soluções e como se comportam os atores envolvidos e que movem a vida ecológica. Por isso que, neste grande trabalho, propôs analisar duas teorias positivistas das relações internacionais, em que cada um narra a sua intenção para com o meio ambiente.

Sobre entendimento do que seria a teoria, o professor Cepick (2018) define-a como maneira pelos quais os estados se comportam no sistema internacional. Este comportamento apresenta horizontes pitorescas, com base nisso Nogueira (2005) revelou várias teorias, entre os quais: realismo, liberalismo, construtivismo, pós-modernismo, feminismo etc.

Por isso que, Moreira et al. (2016) apud apud Cox (1981) exorta-se o seguinte:

De acordo com Cox (1981), as teorias sempre servem a alguém e a algum propósito. Para ele, as teorias podem ter dois propósitos, o primeiro leva às teorias de resolução de problemas e o segundo às teorias críticas. O primeiro propósito considera o mundo como ele é dentro do quadro disponível para a ação. Assim, o objetivo central da resolução de problemas é fazer as relações sociais e as instituições funcionarem, lidando com fontes particulares de problemas. A força das

teorias de resolução de problemas é a sua habilidade de fixar limites ou parâmetros em uma área-problema e reduzir a afirmação de um problema particular para um número limitado de variáveis. Desta forma, estas teorias reduzem a complexidade da realidade e não buscam transformar as instituições e o contexto vigente (Mreira, 2016, p. 218).

Considerando o trecho com sentido ambíguo tanto de soluções de problemas e como da complexidade dos fatos, em vista disso aqui só prevalecem para desenvolver este trabalho as duas primeiras teorias: realismo e liberalismo.

REALISMO E LIBERALISMO: TEORIAS TRADICIONAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para almejar o desejo deste artigo, propôs-se nessa etapa tomar cada teoria e tentar defini-lo, relacioná-lo com a questão ecológica. Pegando os Estados e movimentos sociais como atores que influenciam efetivamente as ações propostas. Sistemáticamente ocorre aqui as inferências entre as duas teorias seus fundamentos e perspectivas ligado ao meio ambiente, ou seja, a natureza que cada um constrói. Enxergabilidade com lentes de internacionalista, ou seja, mesmo não sendo da área de Relações Internacionais, a ambição de cada teoria revela uma compreensão fácil do assunto e da defesa de cada pensamento. Enfim, discutir a ideia de marxismo como um horizonte forte e crítico sobretudo sua ênfase as teorias em confronto.

O REALISMO

Segundo Nogueira (2005) é uma teoria das relações internacionais pertencendo a primeiro debate do campo, e que tem uma visão das coisas como elas são e não como elas deveriam ser. Uma teoria que aponta a guerra e luta como meio de coagir os parceiros na arena internacional. Teoria que considera desconsidera a sociedade internacional, pois cada estado tem de confiar em si, e a procura de hegemonia é obvio. A centralização de estado na política externa é algo primordial, estado-cêntrico. A teoria realista na ecologia propõe uma visão tão minuciosa sobretudo da centralização de estado na administração e gerencia do meio ambiente. Não pauta muito na taxonomia dos atores sociais.

Quer com Waltz (1979), tanto Aron (2020) e quanto Morgenthau (2003), esclarecem que a agenda da pesquisa realista focaliza no maior potencial das mudanças ambientais globais para engendrar ou abrolhar conflitos interestatais.

Tendo em vista a complexidade de asseverar níveis próprias de cooperação internacional (Moreira et al. 2016) diz que as pesquisas dos realistas apontam por um lado outro tema, que seria o da segurança ambiental, assegurando noções de segurança na agenda da pesquisa por uma resposta crítica, Peterson (2002) opinou que a segurança alavancada pelos realistas não passa de ambição dos estados querendo controlar o ambiente. Por diante, autor reafirma que é a estratégia do estado quimericamente em permanecer a segurança e, portanto, garantindo causas de insegurança (correndo risco da degradação ambiental).

Neste caso, as lutas entre os estados por consequente assentam pelo domínio e acesso a recursos (poder) estratégico, e enfim criando assim conflitos ambientais (Peterson, 2002). A ideia do realismo na ecologia política associada a realismo, sempre se entra na degradação e da insegurança ao meio ambiente, pois na medida que o estado interessa em fluir para se tornar hegemônico vai recair sobre seus diversos fluxos transnacionais, caso da finança e comercio. Entretanto tudo indica a uma ontologia idiossincrática dos estados em produzir a degradação ambiental e instabilidade social (Dalby, 1992).

LIBERALISMO

Esse campo teórico das relações internacionais é mais fascinante e compreensivo em termo de análise. Tal marco teórico, no ponto de vista geral, vê as coisas como elas deveriam ser e não como elas são. O liberalismo é sustentado pelos indivíduos que asseguram as condições legais e legítimos para alcançar o progresso, (Peciquilo, 2012).

A teoria liberal propõe a paz como um condicionante geral para harmonização dos estados, os teóricos liberais apostam na sociedade internacional que consiste na união da união dos estados quer fortes e fracos. Nas lentes liberais os estados nascem com intuito de administrar com maior precisão e confiabilidade as relações humanas, dentro e fora de fronteiras. Para estes, as estruturas do sistema internacional podem assegurar a paz e a

cooperação entre os estados. É uma teoria que admite a existência de anarquismo no sistema internacional e tanto também considera como ator principal, porém ela propõe por um lado vários atores que intervêm na política internacional (Peciquilo, 2012).

Lembrando das escolas ecológicas elencadas no capítulo anterior, o liberalismo vira um estudo ambiental baseado essencialmente assentada na corrente utilitária. Uma corrente ecológica com um horizonte de “maximização do prazer” e “minimização da dor”. Uma concepção liberal estabelecendo ligação com a escola antiambiental, conservadorismo e utilitarismo (Moreira et al. 2016).

O liberalismo nos estudos ecológicos mexe com as questões da proteção, cuidado e manutenção com perspectiva partilhar de várias organizações. Os movimentos ambientais basearam bastante nesta teoria para contornar a situação da conduta ambiente e proporcionar as lutas ambientais.

Para Sant’Anna et al. (2016), os estados só podiam se coordenar num espírito solidário e confiável para combater as mudanças climáticas, isto é, se criando de certa maneira as leis que possam reger o comportamento dos mesmos.

Nota-se bem, na COP26 em Escócia 2021, vários estados do mundo, principalmente de melhor potência mundial e tanto também do sul global, estão todos interessados para se basearem na teoria liberal para dirimir os sofrimentos provocados pela ambição dos mesmos. Porém, os acordos foram feitos, assim como a de Paris sobre questões ambientais, todavia o que acontece, os estados de grande potencial mundial, caso da EUA, China e Rússia, não foram vistos pelos outros estados como entes que podem fazer valer os acordos. Visto que, sempre existe uma rivalidade e corrida a hegemonia, pois estes estados conseguem chegar ao top tendo em conta avanço tecnológico e produções de armas, e são esses avanços que provocaram debilidade da camada ozono (CNN, 2021).

A harmonização do meio ambiente vai constituir uma preocupação dos liberais, portanto, isso justifica por ser uma teoria que pensa não só pelo presente ou aquisição do poder econômico sem precaução, pois ela se reitera a sobrevivência das gerações futuras. Por isso que, “o tratamento cômico e racional da terra como propriedade comunal permanente é a condição inalienável para existência e produção da cadeia das gerações

futuras (Foster, 2000, p. 231).

Tanto Keohane, Hans e Levy (1993), como Vogler (1995) e quanto Young (1989) tornam explícito que a agenda da pesquisa liberal institucionalista utiliza teorias de regimes para interpretar como os estados se unem para reagir sobre os problemas ambientais.

Para complementar a ideia trazida no parágrafo anterior, Barros-Platiau et al. (2004) aponta que a noção abrangente do liberalismo se cinge na gestão coletiva dos problemas ambientais dentro de um contexto chamado “governança global”.

Considerar-se que o sistema internacional é anárquico sim, mas Rosenau e Czempiel (2000) esclarece que a ordem é produzida e prevalece no mundo sem governo. E, Paterson (2000) complementa abordagem informando que os estados soberanos não são únicos entes prontos e convenientes de cumprir as funções da governança global. Com isso, autor queria identificar existência dos outros atores além do estado, entre quais, grupos sociais, ONG, indivíduos e entre outros grupos que se interessam pela preservação, proteção e manutenção do patrimônio natural.

CRITICA MARXISTA NO CAMPO ECOLÓGICO

Sempre a ideia de Marxismo tem aparato crítico sociológico e não só, de maneira que a natureza dessa crítica acaba inserindo em várias discussões e campos de conhecimento. A abordagem marxista aqui não vem como categoria analítica, mas sim como olhar crítico colocado para entender argumento crítico sobretudo das teorias tradicionais atantes do tema.

A visão marxista aborda aqui, trazendo cordões críticas sobre as teorias tradicionais das Relações Internacionais. O marxismo remete justificativas promissoras sobre a desigualdade entre os estados, baseando no poder econômico e de domínio provida a partir da gestão ecológica.

Tendo em vista a influência do marxismo para assuntos ecológicos sobretudo das críticas entrelaçadas às teorias das relações internacionais, John Bellamy Foster (2000), em seu livro intitulado “Marx ecology”, realça não apenas a essência da função da

natureza na obra do Marx, porem filosofou que, para percebermos a origem da ecologia, salva necessária compreender as visões novas sobre a natureza que revolucionou com o materialismo e da ciência, assentada entre os séculos XVII e XIX, em que a visão marxista fundamenta o pensamento virado a questões ecológicas.

Com base neste prisma marxista, o Foster (2000), basca entender a transformação social à transformação com relação ao homem e a natureza. Na tentativa de demonstrar a horizonte marxista no ponto de vista genérico, Moreira et al. (2016), solta que:

Em um sentido mais geral, o materialismo argumenta que as origens e o desenvolvimento de tudo o que existe depende da natureza e da matéria, ou seja, de um nível de realidade física que é anterior e independente do pensamento. De acordo com Marx, nós transformamos nossa relação com o mundo e transcendemos nossa alienação dele, criando, portanto, nossa própria relação homem-natureza ao agir por meio da prática material (Moreira et al, 2016, p. 213).

Aceitando a proveniência da origem e desenvolvimento de todas coisas por meio do material, implica estabelecer uma relação conveniente para com a natureza e saber relacionar, pois a partir desse pressuposto há um domínio que o homem tem para transformar a natureza. Ainda continuando na ideia de Marx, o capitalismo apareceu como condicionante perigoso que rompeu a relação imaginável do homem com a natureza, nesta instância ou período da ascensão capitalista o homem passa a enxergar como um patrimônio econômico para produção e de incentivo ao seu poder em relação aos outros homens (neste caso os estados).

Dando umas voltas a ideia de materialismo de Marx enfatizada por Foster (2000), surge crítica do Guilherme Ribeiro (2011) manifestando aquiescência de Foster em fazer ligação conceitual da sustentabilidade de forma ampla apresentado por Marx, isto é, uma crítica a ideia que Foster traz, dizendo “verdadeira essência de noção atual de desenvolvimento sustentável” (Foster, 2000, p. 230), aquando do relatório da Comissão Brundtland, de 1987.

No prisma das epistemologias naturais, o ambiente deve ser preservado, cuidando da sua contaminação, enquanto para visão social, há que haver relações econômica e sociocultural, daí que vem a complexidade. Portanto a proposta também é de transcender este ambiente científico e metodológico, isto é, trazendo outros conhecimentos para

contribuir na diminuição de crise. Para Leff (2000, p. 10) “o conflito ambiental está marcado por interesses pela apropriação da natureza como fonte de riqueza e suporte de práticas produtivas”. Ainda fala que o conhecimento científico sempre vai desenvolvendo tecnologias que vão contribuir para maximizar o capitalismo”.

Para cessar tal entendimento, a visão marxista está vinculada a escola radical da ecologia, que enaltece as críticas aos modelos e o comportamento dos atores em relação as teorias tradicionais das relações internacionais. É uma visão que propõe o tratamento racional da terra como uma propriedade permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiente tornou-se profícuo no campo das Relações Internacionais a partir dos anos 70 a 80. Neste período a agenda das ONU ficou virado, visto que planeta já começava se aquecer e vários consequentes já solavam em vários lugares. Atendendo tudo isso, vários acordos foram estabelecidos para contornar a situação as COPs acontecendo com vista a melhores condições de exploração da terra, de recursos naturais e da industrialização.

Vários exemplos tanto no Brasil na Amazona e na África no Congo assim como em França com abundância de lixos que fazem crescer ratos em todo território a problemática de carvão de efeito estufa, a questão de petróleo como produto bruto elevado em vários países, e sem esquecer do comportamento dos grandes potenciais mundiais, como a China, EUA, Rússia e entre outros que poluem drasticamente o ambiente.

O artigo traz discussão de duas teorias que em torno desse comportamento economicista e capitalista, elege duas concepções com lentes diferentes. O liberalismo cunhado por movimentos sociais e ambientalistas preocupados com as mudanças climáticas e, portanto, possuem um olhar de conservação e preservação do meio ambiente, ao passo que os realistas com cunho no horizonte de Estados, principalmente aqueles mais capitalistas usam deste meio ambiente, ou seja, de recursos naturais para crescimento econômico sem levar em consideração grande fluxo de consequências vivenciadas.

REFERÊNCIA

BARBOSA, Vanessa. Os dez (10) países com pior desempenho no mundo. *Jornal EXAME*, 2016.

BARROS-PLATIAU, A.; VARELLA, M. D.; SCHLEICHER, R. T. (2004). “Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 2, p. 100-30.

CASTELLA, Paulo Roberto. Cronologia histórica de meio ambiente. Material Complementar – ciclo de palestra: “Resíduos sólidos”, secretaria de estado do meio ambiente e recursos hídricos, 2012

COX, Robert (1981). “Social forces, States and world orders: beyond international relations theory”. *Millennium*, v. 10, n. 2, p. 126-55. DALBY, S. (1992). “Security, modernity, ecology: the dilemmas of post-Cold War security discourse”. *Alternatives*, v. 17, n. 1, p. 95-134.

DULLEY, Richard Domingues. Noção De Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais E Recursos Naturais. *Agric. São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul. /dez. 2004.

HARDING, Garrett (1243). “The tragedy of the commons”. *Science*. v. 162, n. 3859, p. 1243-8.

KEOHANE, R. O.; HAAS, P. M. & LEVY, M. A. (1993). “The effectiveness of international environmental institutions”, em KEOHANE, R. O.; HAAS, P. M. & LEVY, M. A. *Institutions for the earth: sources of effective environmental protection*. Cambridge: MIT Press, p. 3-24.

LAFERRIÈRE, Eric & STOETT, P. J. (eds.) (2006). *International ecopolitical theory: critical ap. roaches*. Vancouver/Toronto: UBC Press.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: A pesquisa bibliográfica. *Rev.katálysis* vol.10 nospe Florianópolis 2007.

LIMONAD, Ester et al. Utopias e o giro decolonial. *Revista GEOUSP*, VOLUME 16, 2022.

LIPIETZ, Alain. A Ecologia Política, solução para a crise da instância política?

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2002.

MARTINEZ-ALIER, Joan (2007). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.

MILANI, Carlos R. S. (2008). “Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina”. *Cadernos CRH*, v. 21, n. 8, p. 289-303.

MOREIRA, Helena Margarido (2015). *A formação da nova geografia política das mudanças climáticas: o papel de Estados Unidos e China*. (2014).

- Tese (doutorado) em geografia humana. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MORGENTHAU, H. (2003). A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília, São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- NCULTURA. OS dez (10) mais poluidores do mundo. Destinos e viagens, 14 de fevereiro 2016.
- PATERSON, Matthew (2000). Understanding global environmental politics: dominations, accumulation, resistance. London: Macmillan Press.
- RIBEIRO, Wagner Costa (2005). A ordem ambiental internacional. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- ROSENAU, J. & CZEMPIEL, E (orgs.) (2000). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora UnB.
- SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. História (São Paulo), v. 24, p. 11-39, 2005.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- VIOLA, E. J. & LEIS, H. R. (1990). “Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo”. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo/SP, n.20, p.145-178.
- VOGLER, J (1995). The global commons: a regime analysis. London: Wiley.
- WALTZ, K (1979). Theory of international politics. New York: McGraw-Hill.
- YOUNG, Oran (1992). “Regime dynamics: the rise and fall of international regimes”. International Organization, v. 36, n. 2, p. 277-87.

Submissão: setembro de 2024. Aceite: outubro de 2024. Publicação: janeiro de 2025.